Faculdade
de Ciências Econômicas
UFRGS

análise econômica

- **COMÉRCIO INTERNACIONAL:
UMA AGENDA DE PESQUISAS**

Carlos Alberto Primo Braga

- **INFLAÇÃO E REFORMA
MONETÁRIA: KEYNES E MISES**

Francisco Anuatti

- **A ECONOMIA COMO CIÊNCIA**

Eleutério F.S. Prado

- **REAValiaÇÃO DAS
PRIVATIZAÇÕES EM PAÍSES
EUROPEUS**

Márcio Wohlers de Almeida

- **INTEGRAÇÃO
BRASIL-ARGENTINA E A
PRODUÇÃO DE GRÃOS**

José Eduardo Gutiérrez Perez

Walter José Stülz

- **SUBSTITUIÇÃO DE COLONOS
POR TRABALHADORES
ASSALARIADOS**

Carlos José Caetano Bacha

- **EQUILÍBRIO DISTRIBUTIVO EM
MODELOS KALDORIANOS
AMPLIADOS**

João Illo Rodolpho Teixeira

Jorge Thompson Araújo

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Reitor: Prof. Tuiskon Dick
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Walter Meucci Nique
CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISAS ECONÔMICAS
Diretor: Prof. Reinaldo Ignacio Adams
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
Chefe: Prof. Pedro Cezar Dutra Fonseca
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA
Coordenador: Prof. Roberto Camps Moraes
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA RURAL
Coordenador: Prof. Aray Miguel Feldens

CONSELHO EDITORIAL:

Achyles Barcelos da Costa, Aray Miguel Feldens, Atos Freitas Grawunder, Carlos Augusto Crusius, Emani Hickmann, João Rogério Sanson, Juvir Luiz Mattuella, Maria Imilda da Costa e Silva, Nali de Jesus de Souza, Nuno Renan Lopes de Figueiredo Pinto, Otilia Beatriz Kroeff Carrion, Otto Guilherme Konzen, Paulo Alexandre Spohr, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams, Roberto Camps Moraes, Valter José Stülp, Yeda Rorato Crusius, Edgar Augusto Lanzer (UFSC) e Humberto Vendelino Richeter (UnB)

COMISSÃO EDITORIAL: Atos Freitas Grawunder, Pedro Cezar Dutra Fonseca, Reinaldo Ignacio Adams e Roberto Camps Moraes.

EDITOR: Nali de Jesus de Souza

SECRETARIA: Francisco Carlos Becco dos Santos, Maria Ivone de Mello (normalização), Vanete Ricacheski (revisão de textos), Wagner Nunes e Zélide Bregalda.

FUNDADOR: Prof. Antônio Carlos Santos Rosa

A Revista **ANÁLISE ECONÔMICA** publica dois números anuais nos meses de março e novembro. O preço da assinatura, para 1990, é de 7,0 BTN's (o número avulso custa 4 BTN's), a ser pago através de cheque nominal em nome da "Faculdade de Ciências Econômicas/UFRGS". Aceita-se permuta com revistas congêneres. Aceitam-se, também, livros para elaboração de resenhas ou resenhas.

Toda correspondência, material para publicação, assinaturas e permutas devem ser dirigidos ao seguinte destinatário:

PROF. NALI DE JESUS DE SOUZA
Revista Análise Econômica
Av. João Pessoa, 52 – sala 28
90.040 – PORTO ALEGRE (RS) – BRASIL
Telefone: 25-5844 ramal 34

A ECONOMIA COMO CIÊNCIA E A TRANSIÇÃO DA ECONOMIA CLÁSSICA PARA A ECONOMIA NEOCLÁSSICA*

Eleutério F.S. Prado**

1 – O PROBLEMA PARA NEVILLE KEYNES

Enfrenta-se aqui, sob a perspectiva de perguntas metodológicas, o problema de entender a transição da economia clássica para a economia neoclássica. Para tanto, examina-se um texto de John Neville Keynes (pai do outro Keynes, muito mais conhecido), que se constitui em um marco na história do pensamento econômico voltado para a questão de saber o que é a ciência. Trata-se de **O Escopo e o Método da Economia Política** (1917), publicado em 1890, uma obra que veio para substituir a de Stuart Mill (**Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Própria a Ela** (1974b)) como texto de referência primeiro nesse campo do conhecimento econômico.

Quase ao final do século passado, após o triunfo das escolas neoclássicas, Neville Keynes procura rever as questões da definição e do método da Economia Política. No livro mencionado, apresenta os resultados de seu empenho em novamente lançar luz sobre velhos dilemas: ciência normativa ou positiva, conhecimento teórico ou prático, raciocínio indutivo ou dedutivo, método **a priori** ou **a posteriori** etc. Isto lhe parece outra vez necessário para adequar as idéias metodológicas ao marginalismo emergente. Mas também porque a subsistente confusão a respeito desses pontos, segundo acredita, “prejudica a influência e a au-

* O presente texto é parte de um trabalho maior que o autor pretende publicar na forma de livro.

** Professor do Departamento de Economia da USP e da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas.

ANÁLISE ECONÔMICA	ANO 7	Nº 12	NOVEMBRO/89	p.49-62
-------------------	-------	-------	-------------	---------

toridade da ciência econômica” (1917:4). De qualquer modo, o advento do capitalismo maduro, que enseja a interpretação neoclássica, possibilita também mudanças na compreensão da Economia como ciência. Keynes procura elaborá-las.

Segundo ele, várias razões cooperam para que, indefinidamente, persista nessa esfera falta de clareza e hesitação, justificando mais uma vez, portanto, que se preste atenção e se perca tempo com o que chama de “lógica da economia política”. As seguintes razões ele cita: os fenômenos econômicos parecem ser mais complexos e menos uniformes do que os naturais; os raciocínios falaciosos tendem a proliferar, pois os temas de Economia Política afetam os interesses materiais dos indivíduos e atraem o julgamento popular; as controvérsias entre escolas rivais prosperam sem que se veja um modo de superar as posições, muitas vezes unilaterais, defendidas com fervor dogmático. Tudo isso faz já aparecer inseguro o seu saber tão duramente acumulado. Ademais disso, no entanto, também se disputa aí sobre método. E se mostra especialmente suspeito um campo do conhecimento em que os pesquisadores discordam até mesmo sobre o modo de pesquisar. Não lhe parece boa coisa, resumindo tudo, que a ciência econômica se mostre frágil em comparação com as ciências naturais, então mais confiantes em si mesmas e mais prestigiosas.

Uma controvérsia importante atravessara na época o Mar do Norte.¹ Estava ainda acesa nos países de língua alemã a polêmica entre os que concebiam a Economia Política como uma ciência positiva, abstrata e dedutiva e os que a viam como um saber ético, realista e indutivo. E ela viera trazer dúvidas e vacilações adicionais entre os economistas, na medida mesmo em que as divergências se concentravam em questões metodológicas. Keynes busca, então, enfrentar as discordâncias entre as duas correntes que reclamavam primazia em matéria de método, uma delas proveniente da interpretação de Mill sobre as realizações da Escola Clássica e a outra originada entre os autores da Escola Histórica Alemã. Estes últimos contestavam a hegemonia e a pretensão de universalidade da ciência desenvolvida, até então, principalmente em terras

¹ Os dois principais atores da Batalha dos Métodos foram, como se sabe, Carl Menger e Gustav Schmoller; o primeiro defendia uma ciência teórica tal como fora desenvolvida pelos economistas ingleses, e o segundo propugnava pelo historicismo, antes de tudo um modo de desenvolver o conhecimento social com raízes na cultura alemã. Keynes menciona entre os autores que melhor expressaram as idéias metodológicas da tradição anglo-saxônica os nomes de Mill, Senior, Cairnes e Bagehot; entre os autores representativos da tradição germânica lembra os nomes de Roscher, Hildebrand, Knies e o do próprio Schmoller.

britânicas. E propunham que o conhecimento nessa área deveria ter caráter antes monográfico do que teórico, antes histórico do que nomológico, procurando se concentrar em reunir e analisar dados empíricos ao invés de postular, desde o início, subsistirem relações gerais e constantes entre os fenômenos.

Os autores da Escola Histórica não reconheciam legitimidade à reivindicação de neutralidade da ciência positiva. Condenavam-na, ao contrário, como pretensão imperialista, como disfarce do interesse em promover o regime de **laissez faire**. Adotavam, em geral, uma concepção sobre a sociedade em que se enfatizava o caráter evolucionário de toda a existência social. Argumentavam que todas as manifestações do espírito humano estão enraizadas na tradição cultural dos povos e que nenhuma delas poderia deste solo se libertar. Em razão disto, propunham que a investigação científica na esfera econômica deveria considerar explicitamente as idéias de justiça e de moralidade, mesmo porque estas já se encontram sempre, amalgamadas, no interior das concepções de todos os homens. Para eles, a Economia Política era uma ciência inerentemente ética e apenas dentro dessa condição deveria prosperar. Ademais disso, era também uma ciência epocal já que suas teorias valiam apenas em certas condições históricas, as quais deveriam ser também, em cada caso, bem especificadas.

Frente à controvérsia, Neville Keynes, parece, quer adotar uma perspectiva conciliatória – ainda que não, de modo algum, sobre todos os pontos. Particularmente, não deseja advogar em favor de um dos métodos, com exclusão do outro. “O método apropriado”, diz ele, de início, marcando posição “pode ser ou abstrato ou realista, dedutivo ou indutivo, matemático ou estatístico, hipotético ou histórico” (1917:30). Na verdade, ele quer reforçar uma tendência existente no interior do próprio debate e que implica evitar a polarização. Dentro dela seria possível, contornando desencontros e incompreensões menores, chegar afinal a uma certa convergência entre as duas tendências.

A solução que anuncia, desde logo, portanto, não pode ser vista como um novo resultado. Pois já no trabalho dos grandes mestres, como no de Smith por exemplo, não cooperaram sempre o raciocínio dedutivo advindo de premissas verdadeiras e o raciocínio indutivo originado de dados históricos e estatísticos? O próprio Roscher, autor alemão da escola mais antiga, não adotara um tom moderado e uma atitude de compromisso, reconhecendo o valor científico da abstração e das leis psicológicas? “Com ambos os métodos”, dissera este último, conforme

citação encontrada no próprio texto do autor examinado “deveremos abordar os vários problemas da Economia Política... qual deles será o mais empregado, isto dependerá da natureza do problema” (1917:28). Keynes pretende demonstrar no livro o acerto da tese de Roscher, mas, diferentemente dele, acentuando sobretudo a importância do método abstrato-dedutivo e o caráter nomológico e positivo do conhecimento econômico.

2 – QUESTÕES METODOLÓGICAS

Após apresentar o problema, discute em sequência o caráter da Economia Política frente ao saber moral e ao prático. Ela trata do real ou do ideal? Pergunta ele, pensando na relação entre a ciência e a ética. Investiga uniformidades ou propõe regras para a ação? Questiona, refletindo sobre a relação da ciência com a prática. A sua resposta a essas duas perguntas afigura-se clara, insere-se muito claramente na tradição positivista e transforma a dicotomia de Mill numa tricotomia. Há que se separar, segundo ele, a órbita da ciência positiva das órbitas conexas, mas distintas, do saber normativo e do saber arte referentes, respectivamente, ao “o que fazer” e ao “como fazer”. A primeira constitui-se de um corpo de conhecimentos sistematizados sobre o que é, a segunda vem a ser um conjunto de critérios e valores que decidem o que deve ser e a terceira, finalmente, compõe-se de uma soma de preceitos que ensinam como, com dados meios, atingem-se fins determinados.²

Segundo ele, portanto, não há como não reconhecer na Economia Política uma ciência positiva que está puramente interessada no descobrimento e na explicitação de leis econômicas.³ Ele não tem dúvidas

² Keynes admite a possibilidade de incluir sob o título de Economia Política uma ciência, uma ética e uma arte, todas elas qualificadas de econômicas. “O problema de saber se a Economia Política deve ser considerada como uma ciência positiva, ou como uma ciência normativa, ou como uma arte, ou como uma combinação destas, é, até certo ponto, uma questão meramente de nomenclatura e classificação” (1917:35). Cuide-se, porém, para que sejam bem distinguidas, pois “a confusão entre elas, muito comum, tem sido fonte de muitos erros perniciosos” (1917:35).

³ Põe-se para Keynes a questão da diferença entre as ciências naturais e as ciências da ação social, as quais se apresentam ao seu entendimento como igualmente nomológicas. As leis que traçam são semelhantes na forma, mas diferentes quanto ao conteúdo: “a diferença das leis econômicas, em contraste com as leis propriamente físicas, consiste no fato de que as

sobre a possibilidade de um conhecimento isento; para ele, certamente, vem a ser possível a cognição certa: “a proposição segundo a qual é possível estudar as uniformidades econômicas sem passar julgamentos éticos ou formulando preceitos econômicos parece, de fato, tão imediata que não necessita prova; quando o ponto em exame é claramente apreendido, torna-se difícil dizer qualquer coisa em apoio a ele que vá além do mero truismo” (1917:40). A autoridade do óbvio é aqui, contudo, suspeita; ao invocá-la, mostra apenas que quer passar com pressa por cima do jogo das opiniões e dos conflitos de idéias que subsistem, fundando a ciência na certeza.

Apoiando-se nesse dogmatismo epistemológico, torna-se fácil para o autor contrariar certas objeções que procuram relacionar imediatamente o que pretende ser conhecimento com as preferências sociais dos sujeitos conhecedores. Keynes menciona que um “teorema sobre fatos” sempre tem implicações éticas e práticas, mas nega que estas possam determinar, de certo modo, aquele. Buscar isolar o teorema de sua significância para a vida “vem a ser, falando genericamente, impraticável” (1917:54), mas apenas no primeiro sentido. Os valores e as intenções, para ele, não interferem no ato cognitivo. Parecem não interferir, no entanto, apenas porque ele, John Neville Keynes, de partida, postula a pré-existência de um conhecimento certo, garantido pela convicção de certeza. Ele se apóia, para falar claramente, na evidência a respeito de conhecimentos evidentes. Em consequência, esta ciência que defende só pode ser objeto de críticas tolas; ele as menciona só para melhor demolí-las: “porque em teoria econômica assume-se comumente que a ação humana na compra e na venda é governada pelo auto-interesse, supõe-se que a Economia Política promove o auto-interesse” (1917:50). “Porque o *laissez faire*” é um postulado econômico comum, supõe-se que seja um preceito econômico necessário” (1917:70). Segundo Keynes, esses críticos apressados erram quando assim acusam, porque olham

primeiras implicam uma ação humana voluntária” (1917:86). Preocupa-o aqui, evidentemente, que não se conceba a ação humana como mecânica e automática, ainda que se a pense de modo determinista. Keynes não consegue, no entanto, libertar-se da tese subjacente que afirma a unidade de método entre a ciência social e a ciência natural; ele não descobre a dimensão compreensiva inerente aos supostos da teoria neoclássica. Na verdade, não percebe que esta teoria da ação social parte antes de enunciados sobre regras normativas de comportamento, que podem ou não ser adotadas pelos agentes no mercado, do que propriamente de enunciados sobre regularidades empíricas, que são tomadas em geral como indiferentes à vontade humana (McCarthy 1987:184-188; Habermas 1988:124-135). Por isso, cai em contradição: admite que a ação voluntária é ação regulada por leis.

uma proposição sobre o que *é* e vêem uma proposição sobre o que *deve* ser. Misturam alhos positivos com bugalhos normativos, no mesmo saco.

Quando se examina suficientemente o trabalho de Keynes, vê-se que nenhuma das idéias defendidas por ele está em contradição com as de Mill, expostas no texto mencionado. Ao contrário, tem-se a justa impressão de que os pontos centrais das concepções do autor clássico lhe pareceram adequados para fundamentar metodologicamente a economia marginalista, que ele está, como tantos outros, interessado em promover. Procura, *é* certo, reavaliá-los diante de críticas dos autores da Escola Histórica, mas o que faz, no fundo, *é* reafirmá-los, mostrando inclusive que estavam amplamente em consonância com as exigências da orientação teórica que passara a dominar nesse campo do conhecimento. Ele se empenha, nessa obra, em mostrar que o método abstrato dedutivo que busca apreender às leis econômicas não está em conflito, de modo algum, com o método histórico que colhe fatos singulares. Com esse propósito, sistematiza, exemplifica, acrescenta detalhes, modifica aspectos de pouca importância, porém o fundamental de Mill na questão do método permanece em seu texto, ainda que enfocado, às vezes, sob ângulo diverso.

Propõe-se, por exemplo, a considerar a Economia Política como uma ciência social ao invés de um saber moral ou psicológico, porque nela *"é necessário tratar os seres humanos, não em isolamento, mas como membros de comunidades de associados"* (1917:88). A Economia Política não *é*, portanto, uma ciência mental, ainda que pressuponha certos princípios essencialmente psicológicos; o ponto de partida da investigação econômica encontra-se, conforme ensina, na observação dos motivos que influenciam a conduta humana no mercado.⁴ Porém, mesmo partindo daí, ela não se esgota no caminho que daí se origina. Os fenômenos do mundo, onde reina a concorrência, não são cabalmente

⁴ Neville Keynes aceita o hedonismo, ainda que com alguma relutância. Isto se revela em sua opinião sobre as concepções de Jevons. "Jevons em seu **Teoria da Economia Política**", diz ele, parece atribuir à ciência um caráter excessivamente psicológico, em detrimento de um caráter mais social. A teoria econômica é descrita como 'a mecânica da utilidade e do auto-interesse'; *é* 'inteiramente baseada no cálculo do prazer e da dor; e o objeto da vida econômica *é* maximizar a felicidade adquirindo prazer, ao menor dispêndio de sacrifícios' ". Do cálculo do prazer e da dor, ele tira uma teoria da utilidade "cuja importância econômica seria difícil exagerar". Tal teoria não pertence, porém, propriamente, à Economia Política, mas "deveria na verdade ser lembrada como um dado essencial ou uma base dos raciocínios econômicos" (1917:91n).

explicáveis apenas por meio do raciocínio dedutivo que deflui de certas “leis elementares da natureza humana” (1917:91). Estas, no tratamento dos problemas reais, devem ser complementadas com o material que surge da observação dos “fatos sociais complexos constitutivos da vida econômica” (1917:91).

Porém, não estariam as leis econômicas admitidas como se radicadas fossem na natureza psicológica do homem, fundadas antes na natureza do homem histórico que surge na sociedade regida por relações mercantis? Afinal, as formas sociais conhecidas nem sempre foram individualistas e competitivas tal como ocorre no capitalismo. É interessante observar que Keynes, por influência dos autores da Escola Histórica, é quase tomado por essa alternativa, a qual se insinua em certo momento em seu texto, sem se revelar, no entanto, por inteiro. A Economia Política interessa-se, em suas palavras, pelos “fenômenos que se originam na atividade dos seres humanos em suas relações sociais uns com os outros” (1917:100). Isto que diz, é preciso mencionar, convive pacificamente em seu escrito com a concepção essencialista e fundante do indivíduo econômico.

Ele está disposto a conceder que é preciso levar em conta as condições sociais e históricas na formulação e, especialmente, na aplicação das teorias econômicas, acha, porém, que as leis que se encontram no núcleo mais abstrato dessas teorias “não são leis da natureza humana, mas leis de fatos sociais complexos resultantes de leis simples da natureza humana” (1917:89). Keynes procura contornar assim uma objeção levantada contra a abordagem dos fenômenos econômicos preferencialmente nomológica e centrada em formas supostamente universais da conduta individual, em detrimento de outra que põe ênfase na relatividade situacional e histórica do conhecimento sobre a sociedade. A primeira, em uma versão extrema, estaria para ele evidentemente em conflito com os fatos históricos e sociológicos. Ele busca fazê-lo, no entanto, em parte, com argumentos que recaem naqueles do próprio Mill. Ele se mantém dentro da idéia de que haveria algo como uma “natureza humana”, uma essência que, como tal, permaneceria a mesma no tempo e no espaço e que estaria, portanto, presente em toda e qualquer forma de sociedade (1917:142).

Keynes ressalta o papel da indução na descoberta de novos conhecimentos em Economia Política. Quer combater, por isso, as meias verdades: “se a pura indução é inadequada [para chegar às verdades econômicas gerais], a pura dedução é igualmente inadequada”

(1917:172). Para evitar a parcialidade nessa questão, propõe então que somente uma adequada combinação dos dois métodos leva ao pleno desenvolvimento da ciência. Dito isso, preocupando-se em que não se exclua um ou outro procedimento de pesquisa, esforça-se, em continuação, para apresentar as limitações das diversas formas de inferência em Economia Política. Após discutir a questão, conclui, por exemplo, que “o método da diferença⁵ não tem função importante alguma em Economia” (1917:201); quando pode ser empregado, sugere ou confirma, mas nunca vem “prover prova completa e adequada” (1917:201). Já o método das variações concomitantes⁶ mostra-se útil em Economia Política. Ele envolve, em geral, o risco de generalização indevida, mas isto quase sempre acontece quando a situação envolvida é muito complexa. Nesse último caso, o seu emprego vem a ser um voo cego. “Quando os efeitos resultam da união de muitas causas” diz, recorrendo a Mill, “o método da simples observação é em geral inaplicável” (1917:210).

Não deixa, portanto, de desqualificar, tal como Mill, o método da experiência específica; este não é um caminho seguro e adequado para a obtenção de verdades econômicas. Em particular, tal recurso se mostra totalmente impotente quando se trata de traçar as leis fundamentais da Economia Política. “É impossível forjar qualquer teoria geral do valor, juros, salários, renda, etc. puramente por meio dos métodos **a posteriori** de raciocínio” (1917:211). O que procura para fundar a ciência, como já o seu original antecessor o procurara, só de um modo pode ser encontrado. Trata-se de princípios elementares da ação humana, cuja fonte se acha em impulsos que moram na mente do homem e que governam a sua conduta. Por isso, a meta do saber verdadeiro só pode ser atingida pelo método **a priori** baseado na introspecção combinada com a observação do comportamento dos outros indivíduos na atividade econômica (1917:173). Desse modo, confiando na compreensão empática, o intelecto consegue aparentemente superar a distância abismal que ele mesmo põe entre si e o mundo social objetivado. Assim, é encontrando um ponto de apoio aparentemente firme para explicar o real-factual, cuja firmeza, no entanto, depende de que nela se acredite.

⁵ Como se sabe, o método da diferença consiste em descobrir o efeito distintivo que resulta de dois conjuntos idênticos de condições, exceto quanto a uma certa causa que está presente em um e ausente no outro. O efeito distintivo é associado à causa sobressalente.

⁶ O chamado método das variações concomitantes consiste em generalizar a partir da observação de uma série de situações em que a mesma causa, associada a determinado efeito, atua sob condições variadas.

Diante da complexidade, não resta, portanto, outro recurso senão confiar no método **a priori**, assim se obtém sempre, conforme explica, um visor seguro para decidir sobre os fatores em operação na situação investigada, sobre a importância de cada um e sobre o modo em que operam. Descobertas as leis que regem os fenômenos, pode-se, então, tentar explicá-los concretamente por meio do raciocínio dedutivo. Comparando, finalmente, as conclusões assim inferidas com o que vem a ser “diretamente observado”, testa-se a “adequação prática” da teoria e se encontram, eventualmente, possíveis “qualificações necessárias”. Isto mostra, ele o diz, que o método abstrato dedutivo não prescinde da indução como seu complemento; esta mantém-no sobretudo sob controle.

As leis de causação devem, outrossim, ser consideradas tendenciais e hipotéticas, pois asseveram que certas causas produzem determinados efeitos, mas o fazem apenas na circunstância ideal de que não atuem influências contra-arrestadoras. Apesar disto, entretanto, as leis formuladas em abstrato atuam efetivamente no real e, nesse sentido, são categóricas. “Apesar da teoria pura conceber a operação de forças sob condições simplificadas e artificiais”, explica ele, “ela supõe que estas forças cujos efeitos investiga são **verae causae**, no sentido de que operam, e na verdade operam, de modo predominante no mundo econômico atual” (1917:223-4).⁷ Sob essa linha de argumentação, um complemento advém irrecusável: é preciso afirmar em seqüência que as teorias apenas podem ser verificadas quanto à aplicabilidade. É o que ele também faz, colocando-as, assim, acima e além de possíveis contradições com os fatos.

Porém, os economistas não podem se distanciar da terra dos fatos para permanecer no céu das teorias. Afinal, a Economia Política “deve, ao mesmo tempo, começar pela observação e terminar pela observação” (1917:227). Keynes, então, preocupa-se em apresentar o papel que a experiência empírica cumpre junto ao método abstrato dedutivo. A observação, em primeiro lugar, guia o economista na escolha das premissas. Ela possibilita verificar a adequação das teorias aos fatos. Ajuda,

⁷ Os fundadores das escolas neoclássicas nem sempre adotaram concepções sobre método idênticas às de Mill e Keynes. Porém, observa-se uma certa tendência em afirmar que os princípios primeiros da ciência são em si mesmos verdadeiros. Para Walras, por exemplo, a Economia Política Pura tal como as ciências matemáticas extraem do real tipos ideais: “elas abstraem, desses tipos reais, tipos ideais, que definem; e, com base nessas definições, constroem **a priori** todos os andaimes dos seus teoremas e de suas demonstrações. Depois disso, retornam à experiência, não para confirmar, mas para aplicar as suas conclusões” (1983:24).

ademais, a ilustrar, testar ou confirmar as inferências dedutivas obtidas a partir dos princípios gerais. Eventualmente, torna possível até a descoberta do erro, sobre isso ele recomenda, entretanto, a máxima cautela, pois, em Economia Política, “as sérias dificuldades que algumas vezes acompanham o processo de verificação não devem ser desprezadas” (1917:233).⁸

3 – FINALIDADE DO SISTEMA

Para Keynes tanto quanto para Mill, a Economia Política tem por objeto as atividades humanas dirigidas à criação, à apropriação e à acumulação de riqueza. Porém, nesse aspecto, notam-se diferenças não muito sutis no que escreveram esses autores. Enquanto o último define riqueza como coleção de “todos os objetos úteis..., com exceção daqueles que podem ser obtidos em quantidade indefinida sem trabalho” (1974b:294), o primeiro o faz dizendo que ela “consiste de todos os meios potencialmente intercambiáveis de satisfação das necessidades humanas” (1917:95).⁹ Enquanto o economista diretamente influenciado por Ricardo sustenta que “a Economia Política não tem relação alguma com o consumo da riqueza, ainda mais que a consideração dela é inseparável da consideração da produção e da distribuição” (1974b:298), o neoclássico afirma que “a verdadeira teoria do consumo é a chave da Economia Política” (1917:111). No primeiro caso, admite-se que a produção e a distribuição comandam o consumo, no segundo o inverso ocorre. A razão é óbvia, transitou-se da teoria do valor objetivo para a teoria do valor subjetivo e, neste percurso que dura meio século, a fonte

⁸ Parece importante apresentar aqui, por extenso, todo um parágrafo do livro de Neville Keynes em que discute o papel do teste empírico na descoberta do erro: “As sérias dificuldades que algumas vezes acompanham o processo de verificação não devem ser desprezadas. Mill [no **Sistema de Lógica...**] vai até o ponto de dizer que ‘o fundamento da confiança em qualquer ciência dedutiva concreta não advém do próprio raciocínio **a priori**, mas da concordância entre os seus resultados e aqueles da observação **a posteriori**’. Esta proposição precisa ser levemente qualificada. Pois podemos ter base independente para acreditar que nossas premissas correspondem aos fatos e que o processo de dedução é correto; consequentemente, podemos ter confiança em nossas conclusões, apesar do fato de haver dificuldade em obter verificação explícita” (1917:233). Como se disse, Keynes tende a pôr as teorias acima e além dos fatos que supostamente explicam.”

⁹ Keynes aponta que sua definição de riqueza identifica-se com a de Marshall. Segundo este último autor, riqueza consiste de todas as coisas apropriáveis privadamente e que têm expressão monetária (1917:95n).

da riqueza passa do trabalho para a utilidade. Esta é base, lembra, para a teoria do valor de troca (1917:104).

Tal como Mill, Keynes defende o homem econômico racional como um recurso essencial à teoria econômica, na medida mesmo em que sua tarefa principal seja explicar as ações que resultam do desejo de obter riqueza. Trata-se de uma abstração, mas vem a ser uma abstração que “tem entretanto o seu lugar, e um lugar muito importante, em Economia Política” (1917:119). No entanto, ele não quer assumir algo que decorre dessa idéia teórica, pois ela faz ver o homem nessa esfera da vida, ou seja, o agente econômico, como um ser voltado inteiramente para os próprios interesses; os quais, na verdade, são interesses do proprietário privado, particularmente do proprietário capitalista. Isto parece apontar, em consequência, para um caráter da sociedade existente, visto sob o visor da natureza humana, que deseja negar. Um crítico da teoria abstrata (que cita) enuncia o problema de fundo que suscita o movimento de transição da economia clássica para a neoclássica. Este crítico escrevera: “A divisão do trabalho, o processo de troca, e a intervenção do dinheiro fez a riqueza abstrata ou o dinheiro aparecer como o motivo da produção, e velar a verdade de que os motivos reais são as carências e os desejos dos consumidores” (1917:12in). Se assim é, então, no empenho de restabelecer a verdade, basta propugnar por uma teoria em que o dinheiro não aparece como momento do capital, mas surge apenas como poder de compra geral, ou seja, algo que comanda bens. Isto é, basta palmilhar o caminho neoclássico.

Mas se a Economia Política começa com essa abstração, não termina com ela. Para mostrar isso, segue, então, a trilha de Marshall que consiste em buscar interverter o sentido prévio da noção homem econômico. Para tanto, admite que a busca da maximização de riqueza é apenas o fim próximo da ação econômica e não, de modo algum, seu fim último. “O homem econômico não precisa [por isso] ser concebido como um egoísta puro” (1917:128). Outros interesses, mais nobres e altruístas eventualmente, na verdade, guiam, mediatemente, os homens na vida econômica. Eles procuram acumular o “poder de compra em geral” não porque querem simplesmente acumular, mas porque querem simplesmente comprar, sejam eles proletários ou capitalistas. E isto parece perfeitamente comprovável, desde que se observem os homens reais em sua vida cotidiana. É sempre possível “voltar-se para a infinita variedade da verdadeira vida” (1917:128) e, nessa infinidade, colher, por exemplo, que mesmo os homens de negócio também “podem devotar a

sua riqueza para objetivos filantrópicos e para o bem-estar da comunidade a que pertencem” (1917:120).

Mas se a Economia Política começa pelo homem econômico, pode chegar a ser, ao final, muito realista. Essa abstração é de fato uma primeira aproximação que pode e deve ser melhorada sempre que necessário. Ele argumenta que esse princípio cardeal, por mais útil que se afigure, constituir-se-ia em estreita base se se quisesse fundar sobre ele todo o edifício da ciência econômica. Há muitos problemas pertencentes à esfera da Economia Política que requerem a consideração de outros fatores explicativos. Ele lembra de vários. E aponta o da distribuição de renda como aquele que estaria mais notoriamente mal encaminhado se alguém se propusesse a resolvê-lo, partindo exclusivamente do egoísmo puro. Para prová-lo, arrola que fatores tais como o amor à cidade, a inércia, o hábito, o desejo de estima pessoal, o poder, a preferência pela vida campestre, os preconceitos de classe, o espírito público, o sentimento de dever, etc. estão entre aqueles que podem, em princípio, de algum modo, influenciá-la.

Isto parece ser empiricamente correto; fatores diversos podem ser considerados sempre que se deseja explicar analiticamente uma dada situação distributiva.¹⁰ A diversidade de interesses e motivações que movem os indivíduos e que alteram as situações, porém, não muda o caráter ganancioso da acumulação de capital que determina a criação, sob sua própria força e sem correções governamentais, num pólo, de fantásticas riquezas e, no outro, de generalizada pobreza. Caráter esse, aliás, que faz o homem, enquanto agente econômico, ser predominantemente um egoísta racional. Este egoísmo é, porém, o aparecimento, ao nível da teoria, da luta pelo lucro e pela sobrevivência na concorrência, no mercado.

De qualquer modo, o homem econômico, que emerge dessa análise, é semelhante, mas não idêntico, ao de Mill. Um deles maximiza a aquisição da riqueza enquanto produto do trabalho – o que é algo diverso de maximizar o produto, pois este não contém a determinação do valor – e o outro maximiza a riqueza, em última análise, como fonte de satisfação. Ainda que iguais em essência, visam fins conceitualmente distintos. É o individualismo metodológico – concebido sob fundamento

¹⁰ Keynes, segundo o Mill de **Princípios da Economia Política**, considera que a distribuição da renda depende, até certo ponto, da vontade política dos homens, podendo, portanto, ser modificada (1917:43n).

psicológico –, no entanto, que confere uma certa permanência às concepções de Mill além dos limites da economia clássica. Porém, além dessa identidade naturalista de fundo, a diferença de caráter anotada aponta para o ardil contido na transição da economia clássica para a neoclássica: deslocar o foco da análise da esfera da geração e acumulação de riqueza para a esfera de seu consumo e suprimir, assim, a produção pela produção, a riqueza como fim em si, na análise econômica.

Assim, ao nível do discurso teórico, humaniza-se o agente econômico abstrato, sancionando-se e se legitimando no mesmo ato, as relações de coerção e de dominação existentes, relações estas que fazem do mundo capitalista um mundo muito pouco humano.¹¹ A perspectiva positivista, que afirma ater-se tal análise àquilo que é, contribui de modo importante para encobrir o que há de falso nessa perspectiva teórica, ou seja, apresentar-se não apenas como mera teoria analítica de uma aparência, sinopse dos fatos da superfície mercantil do capitalismo, mas como sua teoria por excelência.

BIBLIOGRAFIA

FISHER, R.M., Books Reviews: Epochs of Economic Theory. In: **History of Political Economy**, v^o 20(4), 1988, pp.675-78.

HABERMAS, J., **La Logica de las Ciencias Sociales**. Madrid, Tecnos, 1988.

KEYNES, John Neville. **The Scope and Method of Political Economy**. Londres: Macmillan, 1917.

McCARTHY, T., **La Teoría Crítica de Jürgen Habermas**. Madrid, Tecnos, 1987.

PRADO, E.F.S., Stuart Mill e o Homem Econômico Ir-racional. In: BIANCHI, Ana Maria (org.) **Questões de Método na Ciência Econômica**. São Paulo, IPE/USP, 1986, pp.53-69.

STUART MILL, J., Sistema de Lógica Dedutiva e Indutiva. In: **Bentham**,

¹¹ Isto mostra o ridículo daqueles que pretendem isentar o marginalismo de tintas apologéticas, apelando para o fato de que Walras, Wicksell, Wicksteed, Marshall, Pigou, etc. suspiraram e se esforçaram pelos pobres e até pelo socialismo. Em uma resenha bem recente, afirma-se, sob esse argumento, que "o marginalismo não é inerentemente mais esquerdista ou direitista do que a aritmética" (Fisher 1988:677).

Stuart Mill. São Paulo, Abril Cultural, 1974a, pp.75-252. (Coleção Os Pensadores).

STUART MILL, J., Da Definição de Economia Política e do Método de Investigação Próprio a Ela. In: **Bentham, Stuart Mill.** São Paulo, Abril Cultural, 1974b, pp.291-315. (Coleção Os Pensadores).

WALRAS, L., **Compêndio dos Elementos de Economia Política Pura.** São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas).